

CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A

***Demonstrações Financeiras Intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020***



Relatório da Administração	03
Ativo	13
Passivo	14
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	19



Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras da Capemisa Capitalização relativas ao primeiro semestre de 2021, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Desempenho das Operações de Capitalização

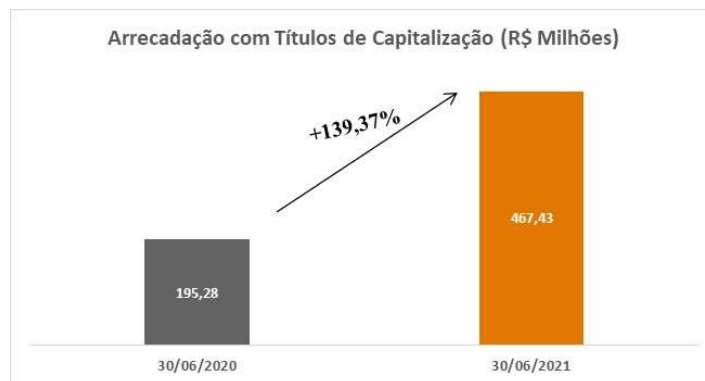
A implantação do marco regulatório estabeleceu novas modalidades de títulos de capitalização Filantropia Premiável (modalidade cuja característica principal é o direcionamento de parte da arrecadação para projetos de relevância social ligada a Entidades beneficentes) e Instrumento de Garantia (modalidade utilizada para garantir obrigação financeira previamente assumida pelo subscritor), as quais se juntaram às já instituídas Tradicional, Popular, Incentivo e Compra Programada. Para se adequar à nova regulamentação, a Capemisa Capitalização realizou investimentos em capital humano, tecnológico e na mudança de processos.

A Sociedade iniciou a oferta de novos produtos aos seus clientes em concordância com as novas circulares normativas SUSEP nº 569/2018, 576/2018 e 582/2018, que descrevem as regras de elaboração, operação e comercialização dos títulos de capitalização.

Arrecadação

A Sociedade se consolidou como um dos principais *players* do mercado de Filantropia Premiável. Durante o exercício de 2021 a Capemisa Capitalização ampliou sua atuação em todas as regiões do território nacional. Fato esse que se reflete na arrecadação total da Sociedade, que aumentou em 139,37% em relação ao primeiro semestre de 2020.





Resultado das Operações de Capitalização

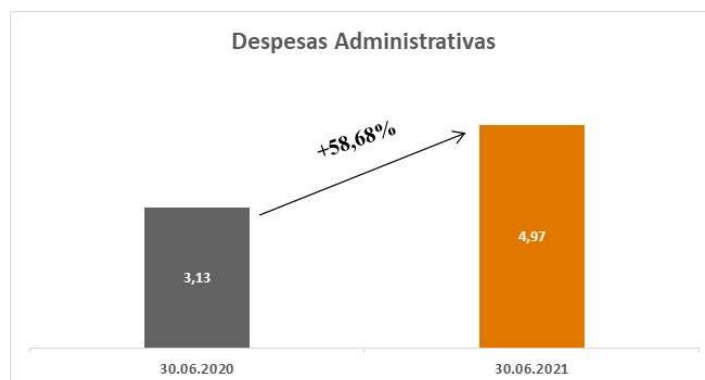
Mesmo com o impacto das restrições impostas pela pandemia do COVID-19, o resultado operacional se mostrou resiliente. Tendo um aumento de 134,88% frente ao primeiro semestre do ano anterior.



Despesas Administrativas

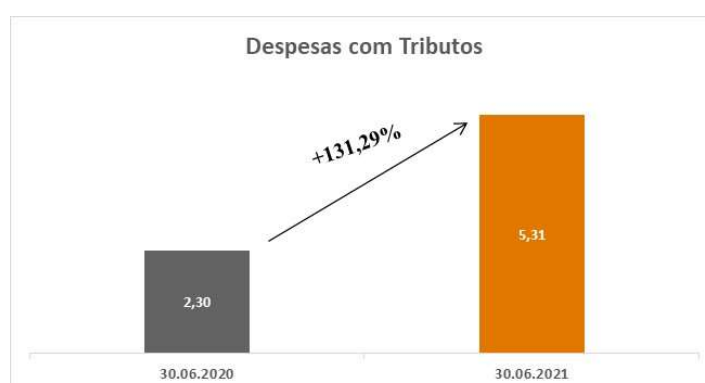
No primeiro semestre de 2021, as despesas administrativas cresceram 58,68% em relação ao período anterior. Tal elevação foi impulsionada pelo aumento do investimento de pessoal e sistemas buscando dar escalabilidade aos processos operacionais.





Despesas Tributos

No primeiro semestre de 2021, as despesas com tributos demonstraram uma variação de 131,29% em relação ao período anterior, motivado exclusivamente pelo aumento do PIS e COFINS que foi sensibilizado pelo crescimento das operações de filantropia premiável.



Resultado Financeiro

Em função da característica do seu negócio a alocação de recursos da Sociedade é predominantemente de curto prazo e atrelada a SELIC, que faz com que as movimentações nas taxas de juros afetem decisivamente a rentabilidade da carteira de investimentos da Sociedade.

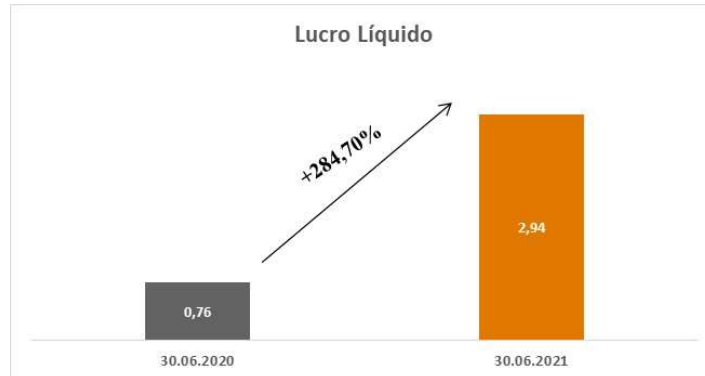
Apesar de no primeiro semestre de 2021 o Brasil apresentar a menor taxa SELIC da história, a Companhia conseguiu aumentar seu resultado financeiro em 45,47% frente ao ano anterior. Isso é explicado pela evolução da arrecadação que possibilitou o aumento da carteira de aplicações financeiras que cresceu 176,89%. Em junho de 2021 a carteira estava em R\$ 115,5 milhões contra R\$ 41,70 milhões em junho/2020.





Lucro Líquido

Em função do grau de especialização da Capemisa na modalidade Filantropia Premiável, a Sociedade captou novos clientes e parceiros, de modo a apresentar um crescimento expressivo na sua arrecadação e no seu resultado operacional. Com isso, no primeiro semestre de 2021 a Capemisa Capitalização apresentou crescimento de Lucro Líquido de 284,70% em relação ao primeiro semestre do exercício de 2020. No primeiro semestre de 2021, a Sociedade rentabilizou o Patrimônio dos acionistas em 6,16%, enquanto no mesmo período do ano anterior rentabilizou 3,10%



2. Desafios e Gestão

O principal desafio da Sociedade para o segmento de capitalização é ampliar a participação de mercado atingindo novos segmentos e canais de distribuição, notadamente na modalidade de Filantropia Premiável.

Neste cenário, a Capemisa vem investindo seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos para adaptar seus sistemas, processos e contratos a nova regulamentação, mantendo-se em *compliance* com as boas práticas de mercado.



3. Governança Corporativa

O Grupo Capemisa vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é uma preocupação constante para o Grupo.

4. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões, de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo assim, seus riscos administrados e mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Sociedade para cobertura de suas responsabilidades. A Capemisa Capitalização se mantém como Empresa sólida e capaz de honrar seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações, declaramos que os títulos classificados na categoria “até o vencimento” serão mantidos.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A Administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Sociedade.

6. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê de acordo com o estatuto social o dividendo mínimo aos acionistas de 25% do lucro líquido apurado. No primeiro semestre de 2021, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante bruto de R\$ 1,02 milhões de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 153 mil de imposto de renda retido na fonte, representa o montante líquido de R\$ 867 mil.

7. Aprovação do Aumento de Capital

A Superintendência de seguros privados (SUSEP) aprovou no primeiro trimestre de 2021 o aporte de capital da Capemisa Seguradora na investida Capemisa Capitalização.



Esse aporte foi feito em dezembro de 2020, teve montante de R\$ 20 milhões e tinha como objetivo suportar os investimentos necessários da companhia, assim como, garantir a suficiência de cobertura das provisões técnicas e o equilíbrio financeiro das operações.

8. Outros Assuntos

Apesar da manutenção do cenário da pandemia de COVID-19, a Capemisa Capitalização buscou novos parceiros e tentou se reposicionar com operações online (lives). Devido a isso mesmo com fechamento dos comércios por alguns meses de 2021, o resultado ainda foi melhor que do primeiro semestre do ano anterior.

A Administração da Sociedade preocupada com o bem-estar de seus colaboradores adotou ações de contingenciamento baseadas principalmente no PCN (Plano de Continuidade de Negócios) e implantou o regime de Home Office que permanece ativo até o presente momento.

Considerando a evolução da vacinação contra o COVID-19 no Brasil e o avanço de outros indicadores relacionados a pandemia, a Administração entende que os riscos de maiores impactos em seus resultados estão no momento mitigados.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		136.303	141.890
Disponível		1.289	2.979
Caixa e bancos		1.289	2.979
Aplicações	4	110.983	117.617
Créditos das operações de capitalização	5	23.240	20.501
Créditos das operações de capitalização		23.240	20.501
Outros créditos operacionais	6	497	583
Títulos e créditos a receber	7	237	147
Títulos e créditos a receber	7.2	-	1
Créditos tributários e previdenciários	7.1	174	126
Outros créditos	7.2	63	20
Despesas antecipadas		57	63
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.849	10.150
Realizável a longo prazo		7.126	8.660
Aplicações	4	4.467	7.592
Outros créditos operacionais	6	41	289
Títulos e créditos a receber	7	2.618	779
Créditos tributários e previdenciários	7.1	2.493	779
Depósitos judiciais e fiscais	7.2	125	-
Imobilizado	8	3	3
Bens móveis		3	3
Intangível	9	1.720	1.487
Outros intangíveis		1.720	1.487
TOTAL DO ATIVO		145.152	152.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE		96.881	103.165
Contas a pagar		5.476	8.399
Obrigações a pagar	10	1.178	2.584
Impostos e encargos sociais a recolher	11	2.855	3.304
Encargos trabalhistas	11	429	301
Impostos e contribuições	12	1.014	2.210
Débitos de operações com capitalização	13	1.393	970
Depósitos de terceiros	14	4	-
Provisões técnicas - capitalização	15	90.008	93.796
Provisão para resgates		78.370	76.224
Provisão para sorteio		10.378	16.488
Provisão administrativa		1.260	1.084
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		980	617
Outros débitos	16	980	617
Provisões judiciais		980	617
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	47.291	48.258
Capital social	17.1	36.759	16.759
Aumento de Capital em aprovação	17.2	-	20.000
Reservas de lucros	17.3	8.825	11.717
Ajuste de avaliação patrimonial		(215)	(218)
Lucros acumulados		1.922	-
TOTAL DO PASSIVO		145.152	152.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Semestres Findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Receita líquida com títulos de capitalização		262.229	109.615
Arrecadação com títulos de capitalização		467.428	195.276
Variação da provisão para resgate		(205.199)	(85.661)
Variação das provisões técnicas		(168)	(103)
Resultado com sorteio		(149.955)	(60.952)
Custos de aquisição	20.a	(94.590)	(41.572)
Outras receitas e despesas operacionais	20.b	(3.875)	(1.181)
Outras receitas operacionais		146	34
Outras despesas operacionais		(4.021)	(1.215)
Despesas administrativas		(4.973)	(3.134)
Pessoal próprio	20.c	(3.802)	(2.363)
Serviços de terceiros	20.d	(592)	(413)
Localização e funcionamento	20.e	(370)	(221)
Publicidade e propaganda		(3)	(9)
Publicações		(105)	(77)
Donativos e contribuições		(70)	(46)
Despesas administrativas diversas		(31)	(5)
Despesas com tributos	20.f	(5.308)	(2.295)
Resultado financeiro	20.g	932	641
Receitas financeiras		1.752	1.122
Despesas financeiras		(1.840)	(1.081)
Reversão dos juros sobre capital próprio		1.020	600
Resultado operacional		4.292	1.019
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(18)	(41)
Resultado antes dos impostos e participações		4.274	978
Imposto de renda	21	(793)	(124)
Contribuição social	21	(484)	(52)
Participações sobre o lucro		(55)	(37)
Resultado líquido do período		2.942	765
(/) Quantidade de ações		27.610.000	15.914.000
Resultado líquido do período por ação (em reais)		0,11	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Semestres Findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	30.06.2021	30.06.2020
Resultado líquido do período		2.942	765
Outros resultados abrangentes (ORA)			
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	4.1	5	(168)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes		(2)	66
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		3	(102)
Resultado abrangente total		2.945	663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres Findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	Notas	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO CAPITAL (EM APROVAÇÃO)	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE TVM	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTARIA			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		16.759	-	451	7.073	81	-	24.364
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	(102)	-	(102)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	765	765
Juros sobre o capital próprio	17.4	-	-	-	-	-	(600)	(600)
Saldos em 30 de junho de 2020		16.759	-	451	7.073	(21)	165	24.427
Saldos em 31 de dezembro de 2020		16.759	20.000	738	10.979	(218)	-	48.258
Aprovação do aumento de capital conforme Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 80 de 29/03/2021	17.2	20.000	(20.000)	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	3	-	3
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	2.942	2.942
Distribuição de dividendos adicionais conforme AGE de 03 de março de 2021	17.3	-	-	-	(2.892)	-	-	(2.892)
Juros sobre o capital próprio	17.4	-	-	-	-	-	(1.020)	(1.020)
Saldos em 30 de junho de 2021		36.759	-	738	8.087	(215)	1.922	47.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestres Findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Atividades operacionais		
Resultado líquido do período	2.942	765
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	50	17
Constituição da redução ao valor recuperável dos ativos	3.409	440
Ganhos e perdas não realizados com TVM	3	(102)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	9.759	20.082
Créditos das operações de capitalização	(6.429)	2.154
Créditos fiscais e previdenciários	(64)	97
Ativo fiscal diferido	(1.714)	(443)
Depósitos judiciais e fiscais	(125)	5
Despesas antecipadas	6	(15)
Outros ativos	589	569
Impostos e contribuições	2.590	1.086
Contas a pagar	(533)	(398)
Depósitos de terceiros	4	(724)
Provisões técnicas - capitalização	(3.788)	(23.566)
Provisões judiciais	363	447
Tributos diferidos	-	(54)
Outros passivos	423	40
Caixa gerado pelas operações	7.485	400
Imposto sobre o lucro pagos	(3.786)	(742)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	3.699	(342)
Atividades de investimento		
Pagamento pela Compra:		
Intangível	(283)	(873)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(283)	(873)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(5.106)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(5.106)	-
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	(1.690)	(1.215)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.979	1.482
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.289	267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

**Notas Explicativas às Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
e para os Semestres Findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A Capemisa Capitalização S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade Anônima Fechada, autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar planos de capitalização em todo o território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades.

A Sociedade está atuando nas modalidades Incentivo e Filantropia Premiável. Entende-se por Modalidade Incentivo o Título de Capitalização que está vinculado a um evento promocional instituído pelo subscritor. O subscritor neste caso é a empresa promotora do evento que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto ou serviço utilizado no evento promocional. E ainda, entende-se por Modalidade Filantropia Premiável aquela em que o consumidor tem a prerrogativa em doar o resgate para uma entidade filantrópica já no ato da compra e permanece com o direito de participar dos sorteios.

1.1. COVID-19

Em razão do COVID-19, através do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020 foi decretado estado de calamidade pública, o que ensejou medidas de isolamento social com diversas restrições, que tiveram como propósito principal a redução na propagação e proliferação do vírus. Em razão disso, um cenário de incertezas foi instaurado gerando forte volatilidade no país e no mundo

A Sociedade foi impactada com a redução da arrecadação dos títulos de capitalização nos meses de fevereiro, março e abril de 2021, ainda sob os reflexos do isolamento social. A partir de maio/2021, após 04 meses do início da vacinação e o aumento das medidas de flexibilização do isolamento social, e sob forte influência das principais datas do calendário varejista, a Sociedade demonstrou retomada das suas arrecadações a patamares superiores ao período que antecedeu o isolamento social, demonstrando assim, crescimento operacional de 139,37% na emissão de títulos de capitalização quando comparada com o semestre anterior.



A Administração da Sociedade comprometida com o plano estratégico, continuará buscando a expansão de seus negócios, através do alcance de novas oportunidades, com foco na entrega de resultados positivos aos Acionistas.

1.2. Segmentação

Em 10 de setembro de 2020, foi emitida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a Resolução nº 388 com entrada em vigor em 1º de outubro de 2020 e que iniciaram seus efeitos a partir de 4 de janeiro de 2021, onde o objetivo foi estabelecer a segmentação das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Com base na referida resolução, as supervisionadas foram classificadas em uma de quatro categorias: Segmento 1 (S1); Segmento 2 (S2); Segmento 3 (S3); ou Segmento 4 (S4). A classificação tem como base critérios os prêmios anuais, provisões técnicas e perfil de risco.

Em julho de 2021, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) divulgou o enquadramento definitivo atualizado para fins de segmentação e a Sociedade se manteve enquadrada no Segmento 3 (S3).

Em 11 de setembro de 2020, foi emitida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) a Resolução nº 389 com entrada em vigor a partir de 4 de janeiro de 2021 com alterações na Resolução nº 321/2015. As principais alterações proporcionadas pela Resolução envolvem:

- Redução de capital-base, para entidades enquadradas como S3 ou S4;
- Periodicidade dos questionários prudenciais que foi reduzida para todas as supervisionadas,
- Dispensa dos relatórios e outros documentos relativos as Demonstrações financeiras referentes ao primeiro semestre de cada ano, por sua vez, não precisarão mais serem auditadas para empresas enquadradas nas categorias S3 e S4;
- Supervisionadas S4 usarão modelos simplificados de cálculo de capital baseado em risco, nos termos que serão regulamentados pela entidade;
- Alteração na obrigatoriedade de constituição do órgão estatutário denominado Comitê de Auditoria somente para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S1 e S2.

Por estar a Sociedade enquadrada no Segmento 3 (S3), a Administração optou pela dispensa da apresentação do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria nas suas demonstrações financeiras intermediárias.



2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 21 (R1) – Apresentação das Demonstrações Intermediárias.

A Administração da Sociedade declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos financeiros disponíveis para venda; e
- Provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.4. Conclusão das demonstrações financeiras intermediárias

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 31 de agosto de 2021.



2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas:

- (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias;
- (ii) As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil.

As seguintes rubricas e fatores levam em consideração os comentários anteriores:

- Estimativa do valor justo (nota 2.6)
- Gestão de riscos (nota 2.7)
- Instrumentos financeiros (nota 3.1)
- Provisões técnicas (nota 3.6 e nota 15)
- Provisões judiciais e outros débitos (provisões cíveis) (nota 3.9 e 16).
- Aplicações (nota 4)

2.6. Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de capitalização e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registrados pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação:

- **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados atuantes para ativos ou passivos idênticos;



- **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis).

2.7. Gestão de riscos

A Capemisa Capitalização possui uma estrutura de Gestão de Riscos com reporte direto à Diretoria, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. A estrutura é liderada pela Superintendência de Governança Corporativa e o processo de gerenciamento de riscos é composto pelas três linhas de defesa, que contempla a atuação integrada as unidades operacionais, as áreas que exercem função de controle, o Gestor de Riscos e Auditoria Interna, e que a partir de seus trabalhos regulares revisam a gestão dos riscos da Sociedade.

Este processo permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no Manual da Organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha de defesa.

A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, com o aprimoramento contínuo da gestão baseada em riscos e uma visão integrada ao seu sistema de controles internos, para o monitoramento das suas operações de negócios e atendimento aos compromissos com seus acionistas, clientes, órgão regulador e fiscalizador e demais partes com as quais se relaciona.

A Gestão de Riscos da Capemisa Capitalização utiliza a arquitetura elaborada pelo COSO e pela ISO 31.000, e os componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração, tratamento dos riscos e monitoramento, permeando os principais processos da Sociedade, sendo estes mensurados de forma qualitativa e/ou quantitativa. O ciclo de gestão de riscos é composto pelas seguintes etapas:

- I. Identificação e avaliação de riscos;
- II. Geração da matriz de riscos originais;
- III. Avaliação dos controles;
- IV. Geração da matriz de riscos residuais;
- V. Tratamento dos riscos;
- VI. Monitoramento.

Visando manter o princípio da transparência na Gestão de Riscos, a Capemisa



Capitalização utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los.

O Apetite por Risco é expresso por meio de parâmetros quantitativos e indicadores qualitativos que medem a exposição ou perfil de risco por categoria, sendo divulgado para toda Sociedade, a fim de que cada operação seja realizada de acordo com os limites estabelecidos e aceitos, sendo monitorado mensalmente, permitindo assim a adoção tempestiva das medidas cabíveis em caso de discrepância do valor mensurado.

As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Sociedade são os Riscos de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional e os classificados como riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Processo de gestão dos riscos financeiros

A Gestão de Risco dos instrumentos financeiros é conduzida pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimentos considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de Gestão de Investimentos, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Sociedade.

A Sociedade possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com as normas regulamentares aplicáveis e as diretrizes das políticas, em especial a Política de Investimentos.

A atividade da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros, classificados como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada às oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de preço.

A identificação e o controle dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, usando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP.



Visto o perfil de negócio da Sociedade, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. No entanto, a Sociedade possui políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado.

Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Pós Fixados (SELIC/CDI)	94,24%	94,92%
Pré Fixados	5,76%	5,08%

Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, a maior parte dos ativos garantidores estão alocados em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos.

Em relação a emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poor's*:

<i>Rating</i>	30.06.2021			<i>Rating</i>	31.12.2020		
	Debêntures	LF	TOTAL		Debêntures	LF	TOTAL
AAA	-	1.245	1.245	AAA	-	1.227	1.227
AA-	757	-	757	AA-	872	-	872
TOTAL	757	1.245	2.002	TOTAL	872	1.227	2.099

Risco de liquidez

Consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos financeiros para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos, ou seja, consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus



compromissos financeiros.

Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa Capitalização mantém a carteira de liquidez alocada em títulos de renda fixa ou fundos de investimentos abertos e monitora a solvência e previsões contínuas das exigências de caixa com o objetivo de garantir liquidez diária e suprir as necessidades da Sociedade.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões estão de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM (*Asset Liability Management*), com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da Sociedade.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Sociedade está exposta:

30.06.2021							
	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer			TOTAL
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	1.289	-	-	-	-	-	1.289
Aplicações	68.792	-	-	3.431	36.311	6.916	115.450
Créditos das Operações de capitalização	-	26.930	67	-	-	-	26.997
Outros créditos operacionais	-	43	-	497	41	-	581
Títulos e Créditos a Receber	233	-	-	2.728	-	-	2.961
TOTAL ATIVOS	70.314	26.973	67	6.656	36.352	6.916	147.278
Contas a pagar	-	-	-	5.476	-	-	5.476
Débitos de operações com capitalização	-	-	-	1.393	-	-	1.393
Depósitos de terceiros	4	-	-	-	-	-	4
Provisões Técnicas - Capitalização	1.261	8.271	1.682	78.794	-	-	90.008
Outros Débitos	980	-	-	-	-	-	980
TOTAL PASSIVOS	2.245	8.271	1.682	85.663	-	-	97.861

31.12.2020							
	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer			TOTAL
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Caixa e Bancos	2.979	-	-	-	-	-	2.979
Aplicações	35.556	-	-	2.259	35.391	52.003	125.209
Créditos das Operações de capitalização	-	20.568	-	-	-	-	20.568
Outros créditos operacionais	-	-	-	922	289	-	1.211
Títulos e Créditos a Receber	89	148	-	780	-	-	1.017
TOTAL ATIVOS	38.624	20.716	-	3.961	35.680	52.003	150.984
Contas a pagar	-	-	-	8.399	-	-	8.399
Débitos de operações com capitalização	-	34	-	936	-	-	970
Provisões Técnicas - Capitalização	1.084	15.260	1.277	76.175	-	-	93.796
Outros Débitos	617	-	-	-	-	-	617
TOTAL PASSIVOS	1.701	15.294	1.277	85.510	-	-	103.782



Gestão dos riscos operacionais

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal.

A gestão dos riscos operacionais está integrada ao processo de gerir riscos corporativos da Sociedade, onde todos os processos fazem parte do escopo de avaliação de riscos realizado pela 1ª linha de defesa e são analisados com foco na identificação, avaliação e tratamento dos riscos que possam impactar o alcance dos objetivos dos processos.

Para os riscos de não conformidade com as leis e/ou regulamentos, a área de *Compliance* realiza o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, o monitoramento e testes de aderência às normas externas e internas com base nos processos organizacionais.

A Sociedade atua na gestão de seus riscos operacionais de forma conservadora, segregando as funções de gestão de riscos e de negócios. Para tal, adota as melhores práticas, entre elas a revisão das políticas, a criação de indicadores e recomendações aos gestores, com o objetivo de prevenir, corrigir e inibir fragilidades, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação.

Gestão dos riscos de subscrição

Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas.

Nos produtos de capitalização, o risco de subscrição inclui, entre outros, a possibilidade de perdas associadas ao pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries abertas que não foram vendidas integralmente, risco de cancelamento, que implica na devolução dos valores pagos pelos subscritores devido aos problemas na comercialização dos títulos, risco das despesas administrativas superarem a esperada inicialmente, risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados e, por fim, o risco de garantir as rentabilidades pré-definidas nos planos de capitalização.

Estes riscos são monitorados pela Sociedade através de políticas de precificação, mapeamento dos títulos, da distribuição de números da sorte, adequação das provisões técnicas e acompanhamento dos resultados de cada série emitida.

A distribuição regional da arrecadação dos títulos de capitalização está demonstrada no quadro a seguir:



	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Sudeste	215.878	110.852
Centro-Oeste	207.704	80.185
Nordeste	27.771	4.239
Norte	16.060	-
Sul	15	-
	<u>467.428</u>	<u>195.276</u>

Derivativos

A Capemisa Capitalização não apresentou posicionamento direto em derivativos no período de 30.06.2021. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram na função de *Hedge* de carteira. A Capemisa realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.444 de 2015 e Resolução CNSP nº 321 de 2015). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na faculdade de Hedge das carteiras, estabelecem que não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

3.1. Ativos financeiros

3.1.1. Disponível

Representam cheques emitidos e não compensados e numerário disponível em contas bancárias. Estes ativos apresentam risco insignificante de alteração do valor justo, e são acompanhados na gestão das obrigações de curto prazo e estão representados pela rubrica “Caixa e Bancos”.

3.1.2. Aplicações

A Administração da Sociedade efetua seguinte classificação dos seus ativos financeiros:

I. Valor justo por meio do resultado – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São



contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período.

II. Disponíveis para venda – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido.

III. Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período.

IV. Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, com pagamentos determináveis. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.2. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

3.2.1. Ativos financeiros

A Administração da Sociedade efetua a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;



- Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.2.2. Créditos das operações de capitalização

A redução ao valor recuperável dos créditos das operações de capitalização é realizada conforme critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, ou seja, para os créditos vencidos há mais de 60 dias a sociedade reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente.

3.3. Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

3.4. Intangível

Os Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas por reduções ao valor recuperável (*impairment*).

As despesas de desenvolvimento de software são reconhecidas como ativo e incluem os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização é iniciada a partir do momento em que o software desenvolvido estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar nas condições necessárias para que possa funcionar da maneira pretendida pela Administração.



A Sociedade adota o método linear na amortização de seus intangíveis com vida útil de 5 anos considerando a taxa de amortização de 20% a.a.

3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (no exercício) para imposto de renda, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários possam ser utilizados.

O reconhecimento do imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.6. Provisões técnicas

3.6.1. Provisão matemática para capitalização

A provisão matemática para capitalização deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.

3.6.2. Provisão para resgates

Deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

3.6.2.1. Resgate de títulos vencidos

Deve ser constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído.



3.6.2.2. Resgate antecipado de títulos

Deve ser constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador.

3.6.3. Provisão para sorteios a realizar

A provisão para sorteios a realizar abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deverá ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

3.6.4. Provisão para sorteios a pagar

A provisão para sorteios a pagar deverá ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

3.6.5. Provisão complementar de sorteios

A provisão complementar de sorteios deve representar a melhor estimativa para garantir o pagamento do prêmio de sorteio complementar ao previsto na PSR. Os critérios e cálculos para constituição de seu saldo, devem respeitar as cláusulas contratuais definidas para a realização de sorteios futuros com contemplação obrigatória ou de premiação instantânea.

3.6.6. Provisão de despesas administrativas

A provisão para despesas administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de *run-off*.

3.6.7. Prescrição de títulos

A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil.

3.6.8. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Durante o período, as provisões técnicas das Modalidades Incentivo e Filantropia Premiável foram atualizadas com base na TR com taxa de juros de 0,16% ao mês.



3.7. Avaliação de ativos e passivos

Os ativos e passivos são sujeitos à atualização monetária com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.8. Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes: reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados pela Gerência Jurídica;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com estimativas fundamentadas. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são divulgados pela Gerência Jurídica, com objetivo de ser observado o critério de provisão estabelecido.

3.9. Provisões judiciais

Corresponde as provisões para as ações de natureza cível, relacionadas ao pagamento de sorteios, resgates dos títulos e indenizações por danos morais são registradas com base na classificação da probabilidade de perda dos processos. A classificação do risco de perda das demandas judiciais é realizada com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, levando em conta a natureza das demandas, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o posicionamento do tribunal em que tramitam, a sua complexidade, a similaridade com processos anteriores, bem como o posicionamento dos tribunais superiores sobre o tema, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais.

3.10. Classificação no circulante e não circulante

A Sociedade procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

3.10.1. Ativos e passivos sem vencimento

A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação.

Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante.



3.11. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Para o reconhecimento das receitas de capitalização o registro é realizado a partir da data de emissão do produto de Pagamento Único (PU). O reconhecimento das despesas de provisões técnicas das operações de capitalização é na emissão do título. A própria natureza da operação dos produtos atualmente comercializados é suficiente para comprovar a contabilização das receitas de forma integral e não diferida. Isto porque os sorteios ocorrem no primeiro ou segundo mês de vigência, conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, não havendo, portanto, despesas residuais relevantes que justifiquem o diferimento da receita. A receita com prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões de sorteios a pagar e são reconhecidas nos prazos estabelecidos no Código Civil.

3.12. Normativos SUSEP, normas e interpretações contábeis ainda não adotadas em 2021

- **CPC 48 (IFRS 9)** – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. O normativo será aplicado quando referendado pela SUSEP, e os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração.
- **CPC 50 (IFRS 17)** – “Contratos de Seguro” – Foi postergada para 1º de janeiro de 2023 a efetiva aplicação da norma com aplicação antecipada permitida desde que o IFRS 9 também seja aplicado. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período



conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC através do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Seguradora está analisando os impactos da adoção dessa norma. O normativo será aplicado quando referendado pela SUSEP, e os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração.

- **Resolução CNSP Nº 412/2021** – altera a Resolução CNSP Nº 321/2015 entra em vigor em 1º de dezembro de 2021 – altera o limite do ajuste do PLA referente à parcela dos riscos registrados (troca do risco de mercado para o risco de subscrição) dos ajustes associados a variação dos ajustes econômicos, revoga a necessidade de cobertura o uso de 20% do CR e estabelece os ajustes de qualidade de cobertura do CMR, divididos em 03 níveis de PLA.
- **Lei nº 14.183 de 14/07/2021** - A Medida Provisória nº 1.034/2021 convertida em lei nº 14.183, promoveu alterações na Lei nº 7.689 de 15/12/1988, e majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20%, entre julho e dezembro 2020 para pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, a partir de 2022 todos voltarão a ser taxados em 15%.

4. Aplicações

4.1. Composição das aplicações financeiras

Em 30.06.2021:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado				73.151	73.151	63,36%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	68.792	68.792	59,59%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.524	1.524	1,32%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	772	772	0,67%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	681	681	0,59%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	1.382	1.382	1,20%
II- Disponível para venda (*)				34.401	34.401	29,80%
Debênture CDI	1	CDI + 1,45%	15/06/2024	757	757	0,66%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	3.714	3.714	3,22%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2025	2.856	2.856	2,47%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2026	20.158	20.158	17,46%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2026	6.916	6.916	5,99%
III- Mantido até o vencimento (**)				7.898	8.045	6,84%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,94% a 10,54%	01/01/2022	3.431	3.500	2,97%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,19%	01/07/2022	3.222	3.300	2,79%
Letra Financeira CDI	1	114,4% CDI	23/01/2025	1.245	1.245	1,08%
				115.450	115.597	100,00%



Em 31.12.2020:

Categoria	Nível de Hierarquia	Taxa de Juros Anual	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	% por Categoria
I- Valor justo por meio do resultado				42.124	42.124	33,64%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	35.556	35.556	28,40%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2021	2.259	2.259	1,80%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.504	1.504	1,20%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	762	762	0,61%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	674	674	0,54%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	1.369	1.369	1,09%
II- Disponível para venda (*)				75.493	75.493	60,29%
Debênture CDI	1	CDI + 1,45%	15/06/2024	872	872	0,70%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	3.893	3.893	3,11%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2025	18.725	18.725	14,95%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2026	19.882	19.882	15,88%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2026	32.121	32.121	25,65%
III- Mantido até o vencimento (**)				7.592	8.058	6,06%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,94% a 10,54%	01/01/2022	3.278	3.500	2,62%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	0,0919	01/07/2022	3.087	3.331	2,47%
Letra Financeira CDI	1	114,4% CDI	23/01/2025	1.227	1.227	0,98%
				125.209	125.675	100,00%

(*) O saldo na curva é de R\$ 34.759 em 30.06.2021 (R\$ 75.856 em 31.12.2020).

(**) Os referidos investimentos estão avaliados na curva.

As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Em 30.06.2021:

	A vencer				Total
	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fundo de Investimento de Renda Fixa	68.792	-	-	-	68.792
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	31.087	6.916	38.003
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	3.431	3.222	-	6.653
Letra Financeira CDI	-	-	1.245	-	1.245
Debênture CDI	-	-	757	-	757
	68.792	3.431	36.311	6.916	115.450

Em 31.12.2020:

	A vencer				Total
	Sem Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	2.259	26.927	52.003	81.189
Fundo de Investimento de Renda Fixa	35.556	-	-	-	35.556
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	6.365	-	6.365
Letra Financeira CDI	-	-	1.227	-	1.227
Debênture CDI	-	-	872	-	872
	35.556	2.259	35.391	52.003	125.209



4.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo em 31.12.2019	52.091	3.873	5.814	61.778
Aplicação	187.140	82.208	1.197	270.545
Resgate	(197.989)	(10.436)	-	(208.425)
Rendimentos	882	346	581	1.809
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(498)	-	(498)
Saldo em 31.12.2020	42.124	75.493	7.592	125.209
Aplicação	198.578	-	-	198.578
Resgate	(168.366)	(41.709)	-	(210.075)
Rendimentos	815	612	306	1.733
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	5	-	5
Saldo em 30.06.2021	73.151	34.401	7.898	115.450

4.3. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30.06.2021	31.12.2020
Renda fixa	115.450	125.209
Total dos ativos oferecidos em cobertura	115.450	125.209

A Sociedade possui excesso de cobertura no montante de R\$ 23.360 (R\$ 29.871 em 31.12.2020).

5. Créditos das operações de capitalização

A composição dos créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento, está distribuído da seguinte forma:

	30.06.2021	31.12.2020
Vencidos entre 1 e 30 dias	22.163	20.501
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.077	-
Vencidos entre 61 e 365 dias	3.690	67
Superior a 365 dias	67	-
	26.997	20.568
Redução ao valor recuperável	(3.757)	(67)
	23.240	20.501

A movimentação dos créditos das operações de capitalização está demonstrada a seguir:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Saldo inicial	20.568	11.004
Emissões	467.428	633.755
Recebimentos	(460.999)	(624.191)
Saldo final	<u>26.997</u>	<u>20.568</u>

6. Outros créditos operacionais

Refere-se a realização de Instrumentos Particulares de Confissão de Dívidas conforme demonstrado abaixo:

Data da Confissão de Dívida	Data do Último Aditivo Contratual	Valor Total	Forma de Pagamento	Quantidade de parcelas	Parcelas Pendentes de Recebimento	Valor da Parcela	Data primeiro pagamento	Saldo em 30.06.2021	RVR(*)	Saldo em 30.06.2021	Saldo em 31.12.2020
07/06/2019 (a)	24/07/2020	259	Mensal	10	3	26	17/08/2020	43	(43)	-	-
11/12/2020	-	1.102	Mensal	1	-	230	25/12/2020	538	-	538	872
				18	14	41					
								581	(43)	538	872
							Circulante	540	(43)	497	583
							Não circulante	41	-	41	289
								581	(43)	538	872

(*) RVR - Redução ao Valor Recuperável

- (a) A Administração da Sociedade está envidando esforços na esfera administrativa para reaver os valores das parcelas inadimplidas relativo as referidas confissões de dívida.

7. Títulos e créditos a receber

7.1. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários decorrentes de ajustes temporais são originados exclusivamente de adições/exclusões temporárias.



	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Circulante:</u>		
Imposto de renda a compensar	171	126
Outros créditos tributários previdenciários	65	45
Redução ao valor recuperável	(62)	(45)
Total do circulante	<u>174</u>	<u>126</u>

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<u>Não Circulante:</u>		
Imposto de renda diferido – ajustes temporais	1.473	404
Contribuição social diferido – ajustes temporais	876	230
Imposto de renda diferido TVM – ajustes temporais	90	91
Contribuição social diferido TVM – ajustes temporais	54	54
Outros créditos tributários e previdenciários	43	43
Redução ao valor recuperável	(43)	(43)
Total do não circulante	<u>2.493</u>	<u>779</u>

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto de renda / contribuição social		
Redução ao valor recuperável de operações de capitalização	3.799	407
Custos de aquisição	955	420
Provisão de contingências cíveis	668	617
Provisão de contingências trabalhistas	312	-
Participações nos lucros (*)	54	82
Outras reduções ao valor recuperável	106	89
Total das diferenças temporárias	<u>5.894</u>	<u>1.615</u>
Alíquota aplicada IRPJ – 25%	1.473	404
Alíquota aplicada CSLL – 15%	876	230

(*) Não aplicável para CSLL

A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos.

A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme



quadro a seguir, por ano de realização:

Período	Projetado - 30.06.2021			Projetado - 30.06.2021		
	Créditos Tributários	IR Diferido	%	Créditos Tributários	CSLL Diferida	%
2021	4.832	1.207	81,94%	4.832	725	82,76%
2022	54	14	0,95%	-	-	0,00%
2023	-	-	0,00%	-	-	0,00%
2024	297	74	5,02%	297	45	5,14%
2025	43	11	0,75%	43	6	0,68%
2026-2028	668	167	11,34%	668	100	11,42%
2029-2030	-	-	0,00%	-	-	0,00%
	5.894	1.473	100%	5.840	876	100%

Período	Projetado - 31.12.2020			Projetado - 31.12.2020		
	Créditos Tributários	IR Diferido	%	Créditos Tributários	CSLL Diferida	%
2021	570	143	35,40%	488	73	31,74%
2022	428	107	26,49%	428	64	27,83%
2023	-	-	0,00%	-	-	0,00%
2024	-	-	0,00%	-	-	0,00%
2025	-	-	0,00%	-	-	0,00%
2026-2028	617	154	38,12%	617	93	40,43%
2029-2030	-	-	0,00%	-	-	0,00%
	1.615	404	100%	1.533	230	100%

7.2. Depósitos judiciais e fiscais e outros créditos

	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos judiciais	125	-
Adiantamentos a funcionários	63	19
Adiantamentos administrativos	-	1
Outros créditos a receber	-	1
	188	21

Os depósitos judiciais possuem a seguinte movimentação:

	Saldo em 31.12.2020	Novos Depósitos	Atualização	Saldo em 30.06.2021
Trabalhistas	-	122	3	125
Total	-	122	3	125

8. Imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo em 31.12.2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Saldo em 30.06.2021</u>
Equipamentos	10% a.a.	5	-	-	5
		5	-	-	5
Depreciação acumulada		(2)	-	-	(2)
		3	-	-	3

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo em 31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Saldo em 31.12.2020</u>
Equipamentos	10% a.a.	5	-	-	5
		5	-	-	5
Depreciação acumulada		(1)	(1)	-	(2)
		4	(1)	-	3

9. Intangível

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Saldo em 31.12.2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo em 30.06.2021</u>
Despesa com sistema de computação em desenvolvimento	-	1.241	283	-	(1.212)	312
Sistema de computação em uso	20% a.a.	296	-	-	1.212	1.508
Software	20% a.a.	1	-	-	-	1
		1.538	283	-	-	1.821
Amortização acumulada		(51)	(50)	-	-	(101)
		(51)	(50)	-	-	(101)
		1.487	233	-	-	1.720

<u>Descrição</u>	<u>Taxa de amortização</u>	<u>Saldo em 31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo em 31.12.2020</u>
Despesa com sistema de computação em desenvolvimento	-	64	1.177	-	-	1.241
Sistema de computação em uso	20% a.a.	-	367	(71)	-	296
Software	20% a.a.	1	-	-	-	1
		65	1.544	(71)	-	1.538
Amortização acumulada		(1)	(56)	6	-	(51)
		(1)	(56)	6	-	(51)
		64	1.488	(65)	-	1.487

10. Obrigações a pagar

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Dividendos e JCP a pagar (*)	867	2.214
Fornecedores	139	185
Pagamentos a efetuar	105	90
Participação nos lucros	54	82
Outras obrigações a pagar	13	13
	<u>1.178</u>	<u>2.584</u>

(*) Juros sobre capital próprio

11. Impostos e encargos sociais a recolher e encargos trabalhistas

<u>Impostos e encargos sociais a recolher</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto de renda retido na fonte	2.629	2.979
Contribuições previdenciárias e FGTS	99	99
ISS retido	72	154
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP (*)	26	25
Outros impostos e encargos sociais	29	47
	<u>2.855</u>	<u>3.304</u>

(*) Juros sobre capital próprio

<u>Encargos trabalhistas</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão de férias	259	223
Encargos sociais	110	78
13º Salário	60	-
	<u>429</u>	<u>301</u>

12. Impostos e contribuições

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
COFINS	810	1.156
PIS	132	188
Imposto de renda	45	541
Contribuição social	27	325
	<u>1.014</u>	<u>2.210</u>



13. Débitos operacionais

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Distribuidor de títulos de capitalização	957	421
Impressos e materiais de vendas	100	145
Auditoria com sorteios	97	89
Promotor de Vendas	29	-
Preposto	4	102
Consultoria	-	92
Processamento de dados	-	14
Outros	206	107
	<u>1.393</u>	<u>970</u>

14. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, pelo recebimento antecipado de arrecadação com títulos de capitalização. Estão distribuídos conforme demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
De 01 a 30 dias	4	-
	<u>4</u>	<u>-</u>

15. Provisões técnicas

Abaixo apresentamos as movimentações das provisões técnicas:

	<u>PMC</u>	<u>PDA</u>	<u>PRA</u>	<u>PSP</u>	<u>PSR</u>	<u>PCS</u>	<u>TOTAL</u>
Saldos em 31.12.2019	38.091	847	48	7.960	2	-	46.948
Constituição	275.689	11.642	238.406	193.653	93.601	100.065	913.056
Reversão	(238.406)	(11.405)	(238.404)	(185.125)	(93.603)	(100.066)	(867.009)
Juros + correção monetária	800	-	-	-	-	1	801
Saldos em 31.12.2020	76.174	1.084	50	16.488	-	-	93.796
Constituição	205.199	7.155	203.708	149.490	62.485	87.478	715.515
Reversão	(203.708)	(6.979)	(203.716)	(156.067)	(62.019)	(87.485)	(719.974)
Juros + correção monetária	663	-	-	-	1	7	671
Saldos em 30.06.2021	78.328	1.260	42	9.911	467	-	90.008



16. Outros débitos

A rubrica “Outros Débitos” está composta conforme demonstrado a seguir:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisões cíveis	668	617
Provisões trabalhistas	312	-
	<u>980</u>	<u>617</u>

Abaixo apresentamos a movimentação das provisões de contingências:

	<u>Saldo em 31.12.2020</u>	<u>Novas provisões/incremento</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo em 30.06.2021</u>
Cíveis	617	11	(11)	-	51	668
Trabalhistas	-	297	-	-	15	312
Total	<u>617</u>	<u>308</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>66</u>	<u>980</u>

Segundo os advogados da Sociedade, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma:

• Cíveis

Possibilidade de perda	<u>Em 30.06.2021</u>			<u>Em 31.12.2020</u>		
	<u>Quantidade</u>	<u>Estimado</u>	<u>Contabilizado</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Estimado</u>	<u>Contabilizado</u>
Provável	2	668	668	1	617	617
Possível	15	1.553	-	10	1.191	-
Total	<u>17</u>	<u>2.221</u>	<u>668</u>	<u>11</u>	<u>1.808</u>	<u>617</u>

O montante provisionado de R\$ 668 (R\$ 617 em 31.12.2020), corresponde as ações onde os autores requerem o pagamento de sorteios, o resgate dos títulos emitidos e indenizações por dano moral. Os processos com possibilidade de perda provável tratam de demandas onde a Capemisa Capitalização, avaliando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que as possibilidades de vitória são remotas.

• Trabalhistas

Possibilidade de perda	<u>Em 30.06.2021</u>			<u>Em 31.12.2020</u>		
	<u>Quantidade</u>	<u>Estimado</u>	<u>Contabilizado</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Estimado</u>	<u>Contabilizado</u>
Provável	3	312	312	-	-	-
Possível	11	6.612	-	7	6.111	-
Total	<u>14</u>	<u>6.924</u>	<u>312</u>	<u>7</u>	<u>6.111</u>	<u>-</u>

O montante de R\$ 312, corresponde a contingências em curso em diversas Varas da



Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que retratam pleitos de reconhecimento de vínculo empregatício e declaração de responsabilidade subsidiária, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamações.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital subscrito é de R\$ 36.759 (R\$ 36.759 em 31.12.2020) e está representado por 27.610.000 (27.610.000 em 31.12.2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e está assim composto: 27.490.000 ações para a acionista controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, e 120.000 ações para a acionista Capemisa Instituto de Ação Social.

17.2. Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de dezembro de 2020, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social, no valor de R\$ 20.000, com a emissão de 11.696.000 ações, sendo o valor de R\$ 20.000 totalmente integralizado em dezembro/2020. A referida deliberação foi submetida à apreciação da SUSEP em 22 de janeiro de 2021, sob o nº de processo nº 15414.601091/2021-43.

A SUSEP através da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 80 de 29 de março de 2021, aprovou as deliberações tomadas pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020.

17.3. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a reserva de investimento e capital de giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no ativo permanente e acréscimo do capital de giro da sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos.



17.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Sociedade, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço e a distribuição de lucros aos acionistas à título de juros sobre capital próprio, que serão computados aos dividendos anuais.

Através da Assembleia Geral Ordinária de 03 de março de 2021, houve a revisão da proposta para destinação dos resultados, e deliberou-se pela distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 2.892, referente ao exercício de 2020, totalizando o montante de R\$ 3.198 de distribuição de dividendos aos acionistas.

18. Patrimônio líquido ajustado – PLA

Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização em conformidade com a Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015 e suas alterações:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Patrimônio líquido:	47.291	48.258
I- Ajustes contábeis	(2.650)	(1.550)
Despesas antecipadas	(57)	(63)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do cmr	(873)	-
Ativos intangíveis	(1.720)	(1.487)
II- Ajustes associados à variação dos valores econômicos	87	280
Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	87	280
Patrimônio líquido ajustado	<u>44.728</u>	<u>46.988</u>



19. Adequação de capital

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Capital base (a)	10.800	10.800
Capital de risco (b)	10.411	7.710
CR subscrição (i)	5.164	3.612
CR crédito (ii)	3.531	2.968
CR operacional (iii)	2.403	1.779
CR mercado (iv)	1.217	657
Patrimônio líquido ajustado	44.728	46.988
Capital mínimo requerido (v) - CMR Maior entre (a) e (b)	<u>10.800</u>	<u>10.800</u>
Suficiência de capital - R\$	<u>33.927</u>	<u>36.187</u>

(a) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015 e suas alterações, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo;

(b) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015 e suas alterações, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação.

(i) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(ii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iv) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das



sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(v) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015 e suas alterações, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e das resseguradoras locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

20. Detalhamento das contas de resultado

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
a - Custo de Aquisição	(94.590)	(41.572)
Distribuição de título de capitalização	(81.070)	(36.541)
Impressos e materiais de vendas	(8.929)	(3.240)
Vigilância	(1.513)	(728)
Preposto	(970)	(286)
Auditoria com sorteios	(694)	(235)
Processamento de dados	(586)	(345)
Promoção de Vendas	(542)	-
Outros custos de aquisição	(286)	(197)
	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
b - Outras receitas e despesas operacionais	(3.875)	(1.181)
Outras receitas operacionais	146	34
Prescrição de títulos de capitalização	146	34
	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Outras despesas operacionais	(4.021)	(1.215)
Consultorias	(622)	(369)
Títulos de capitalização	(7)	-
Provisões judiciais	-	(447)
Constituição de redução ao valor recuperável	(3.392)	(399)



	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
c - Despesas com pessoal	(3.802)	(2.363)
Administração e empregados	(2.647)	(1.551)
Encargos sociais	(643)	(425)
Assistência social	(413)	(283)
Outras despesas com pessoal	(99)	(104)
	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
d - Despesas com serviços de terceiros	(592)	(413)
Manutenção de software	(457)	(328)
Outros	(135)	(85)
	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
e - Despesas com localização e funcionamento	(370)	(221)
Aluguel	(139)	(100)
Malotes	(100)	(24)
Viagens	(1)	(21)
Outros	(80)	(60)
Amortização	(50)	(16)
	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
f - Despesas com tributos	(5.308)	(2.295)
PIS e COFINS sobre operações de capitalização	(5.220)	(2.260)
Taxa de fiscalização	(88)	(35)



	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
g - Resultado Financeiro	932	641
Receitas financeiras	1.752	1.122
Rendimento de renda fixa - títulos públicos	941	818
Rendimento de renda fixa - títulos privados	792	196
Outras receitas financeiras	19	108
Despesas financeiras	(1.840)	(1.081)
Juros sobre o capital	(1.020)	(600)
Provisões técnicas de capitalização	(671)	(327)
Provisões cíveis e trabalhistas	(67)	-
Encargos sobre tributos	(22)	(4)
Fundos de investimentos	-	(89)
Títulos de renda fixa	-	(6)
Outras despesas financeiras	(60)	(55)
Reversão dos juros sobre o capital	1.020	600
	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
h - Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(18)	(41)
Constituição de redução ao valor recuperável	(17)	(41)
Outras operações	(1)	-



21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	30.06.2021		30.06.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL e juros sobre o capital próprio	4.219	4.219	941	941
(-) Juros sobre o capital próprio	(1.020)	(1.020)	(600)	(600)
Resultado antes do IRPJ/CSLL	3.199	3.199	341	341
Adições/exclusões permanentes e temporárias	4.305	4.334	1.268	1.089
Lucro real	7.504	7.533	1.608	1.429
Alíquota nominal (*)	25%	15%	25%	15%
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	1.864	1.130	390	214
Incentivos fiscais (**)	(1)	-	-	-
Impostos devidos	1.863	1.130	390	214
Impostos apresentados na demonstração do resultado	(793)	(484)	(124)	(52)
Imposto corrente	(1.863)	(1.130)	(390)	(214)
Imposto diferido	1.070	646	266	162
Alíquota efetiva	18,80%	11,47%	13,18%	5,53%

(*) No caso do IRPJ, além dos 15% sobre o lucro tributável, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 mil por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 mil por mês).

(**) Dentre os incentivos fiscais disponibilizados pelo governo, a Sociedade aderiu ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) instituído pela Lei nº 6.321/1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5/1991.

22. Transações com partes relacionadas

A Sociedade possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Passivo		Receitas		Despesas	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A (i) (ii) (iii) (iv)	1.271	2.572	1.345	1.702	1.488	1.462
Capemisa Instituto de Ação Social (iv)	4	16	-	-	-	-
Remunerações do pessoal-chave da Administração (v)	-	-	-	-	1.524	992



A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (i) Venda de títulos de capitalização modalidade incentivo. O objetivo é ofertar aos clientes da Capemisa Seguradora um ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Capemisa Seguradora.
- (ii) Reembolso de custos administrativos referente ao rateio de despesas comuns entre a Capemisa Capitalização e Capemisa Seguradora. Os custos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido no Instrumento Particular de Rateio de Custos e Despesas.
- (iii) Compra de seguros de vida em grupo da Capemisa Seguradora, com o objetivo de dar cobertura de vida para os colaboradores da Capemisa Capitalização.
- (iv) Destinação do lucro líquido por meio de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP).
- (v) Conforme determina o Estatuto Social, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo.

Jorge de Souza Andrade
Diretor – Presidente

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf
Diretor

Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho
Diretor

Rafael Graça do Amaral
Diretor

Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes
Contador – CRC – RJ 93.879/O-2

Patrícia Fernandes Nepomuceno Pinto
Atuário – MIBA Nº 2476

